

Sumário

Agradecimentos	7
Apresentação de CARINA QUITO	9
Prefácio de MARTA SAAD	13
Lista de siglas	19
Introdução	27
1. Tipologia: o que são dados digitais armazenados	33
1.1. Noções gerais de dados e provas digitais	34
1.2. Características das provas digitais	38
1.3. Dados pessoais	42
1.4. Dados cadastrais	46
1.4.1. Disciplina legal sobre os dados cadastrais	48
1.5. Metadados	51
1.5.1. Disciplina legal sobre os metadados	56
1.6. Dados de conteúdo	57
1.6.1. Disciplina legal sobre os dados de conteúdo	58
1.7. Comunicações armazenadas.....	60
1.7.1. Disciplina legal sobre as comunicações armaze- zenadas	61

1.8. A importância de uma abordagem racional e escalonada para a obtenção de dados	63
2. Direitos fundamentais tensionados pelo afastamento do sigilo de dados	65
2.1. O impacto da vigilância sobre os direitos fundamentais	65
2.2. Constitucionalismo digital: critérios atualizados de interpretação de direitos	71
2.3. Vida privada e intimidade	73
2.4. Inviolabilidade do domicílio	77
2.5. Inviolabilidade do sigilo das comunicações	79
2.6. Autodeterminação informativa	84
2.7. Integridade e confiabilidade dos sistemas informáticos	90
2.8. A necessidade de uma interpretação atualizada dos direitos fundamentais.....	93
3. Limites para a intervenção nos direitos fundamentais	95
3.1. Âmbito de proteção dos direitos e limites para as intervenções estatais.....	96
3.2. Legalidade e reserva legal	98
3.2.1. Legalidade processual e tipicidade dos meios de investigação da prova	100
3.3. Reserva de jurisdição	104
3.4. Proporcionalidade	106
3.5. Salvaguardas mínimas de acordo com as Cortes Internacionais de Direitos Humanos	108
3.5.1. Corte Interamericana de Direitos Humanos	109
3.5.2. Tribunal Europeu de Direitos Humanos	113
3.6. Os limites para a intervenção nos direitos fundamentais	119

4. Requisição a terceiros e outras formas de obtenção de dados digitais armazenados	121
3.1. Requisição a terceiros	122
4.1.1. Provedores de conexão e de aplicações da Internet.....	123
4.1.2. Procedimento de requisição a terceiros	128
4.2. Busca e apreensão digital.....	135
4.2.1. As diferentes etapas de obtenção dos dados digitais armazenados	138
4.2.2. Busca e apreensão <i>versus</i> acesso e extração de dados	143
4.3. Software espião	146
4.3.1. O tratamento do software espião na Espanha ..	148
4.3.2. O tratamento do software espião na Alemanha ..	151
4.3.3. O tratamento do software espião na Itália	155
4.3.4. Considerações sobre o software espião no Brasil ..	161
4.4. Outras formas de obtenção de dados digitais armazenados	164
4.5. Panorama e desafios dos meios de obtenção de dados digitais armazenados	166
5. Dimensão empírica do problema.....	167
5.1. Exposição dos critérios de pesquisa: objeto e metodologia	167
5.2. Questão constitucional: proteção dos “dados em si mesmos”	171
5.3. Questão legal: o arcabouço normativo para o afastamento do sigilo de dados	177
5.3.1. Código de Processo Penal (buscas e apreensões) ..	178

5.3.2. Lei de Interceptações Telefônicas e Telemáticas ..	180
5.3.3. Marco Civil da Internet	184
5.3.4. Outras hipóteses de autorização do afastamento do sigilo de dados armazenados	187
5.4. Questões práticas: amplitude das medidas autorizadas	191
5.5. Situações em que houve anulação das ordens judiciais	195
5.6. Problema central: há lei suficiente para a obtenção de dados digitais armazenados?.....	200
6. E agora? A lacuna legal à luz da experiência prática	203
6.1. Analogia	204
6.2. Combinação de normas	206
6.3. Interpretação aberta à tecnologia.....	207
6.4. Admissão temporária do meio de obtenção de prova atípico.....	210
6.5. Síntese das soluções possíveis	212
6.5.2. Solução de compromisso	215
6.5.3. Solução pela solução	219
6.6. Proposta: atualização legislativa a partir de pressupostos comuns aos meios de obtenção de dados digitais arma- zenados	220
Conclusões.....	225
Referências	233
Precedentes consultados	255